

ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-9-2022.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/22 (Processo nº 0477/22), de autoria de Ramiro Rosário, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 345/22 (Processo nº 0690/22), de autoria de Comandante Nádia. Na oportunidade, por solicitação de Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Jorge Dib. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Prof. Alex Fraga. Às quatorze horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 141/22 (Processo nº 0723/22). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/22 (Processo nº 0478/22). Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/22. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/22. Após, em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 198/21 (Processo 0516/21), por doze votos SIM e dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jessé Sangalli e Cassiá Carpes, tendo votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Giovane Byl, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Claudio Janta. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal de autoria de Claudio Janta, solicitando o adiamento, por três Sessões, da votação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/16 (Processo 0179/16). A Ordem do Dia foi encerrada às quinze horas e um minuto. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 614/21, 342/22, 352/22, 353/22 e 354/22, e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/22; e, em 2ª sessão, os

Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 487/21, 012/22, 061/22, 140/22, 274/22, 275/22 e 304/22. Durante a Sessão, Mônica Leal, Mari Pimentel e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e dois minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada amanhã, às quatorze horas. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Jorge Renato Dib, filho de nosso ex-prefeito, ex-vereador, ex-secretário, João Antonio Dib.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara. Agora há pouco eu estava fazendo a minha campanha, distribuindo materiais e fui agredido na rua por um militante da extrema-direita, que me fez uma série de xingamentos. Na sequência, ainda tentou me agredir com uma cabeçada. Nitidamente me reconhecia, disse que eu era um policial que defendia criminoso, todas aquelas acusações que nós conhecemos que são rotineiras, mas isso demonstra a gravidade do nosso processo eleitoral. E eu tentei, de todas as formas, que ele fosse identificado; não consegui no momento, mas, com certeza, faremos essa identificação e levaremos o caso às autoridades responsáveis e competentes para que seja levado a cabo aquilo que tem que ser feito nessas situações. Mas esse tipo de violência política, esse tipo de agressão que nós estamos vendo e veremos nos próximos dias, cada vez com mais frequência, demonstra a necessidade de que nós tenhamos a eleição resolvida nesse primeiro turno. É muito importante que nós, como sociedade, tenhamos a compreensão da relevância de extirparmos, do debate político, esse tipo de postura; extirparmos, do espaço político, esse tipo de sentimento. É bizarro demais que, durante o velório da Rainha Elizabeth, o Presidente do nosso País tenha ido fazer campanha eleitoral em cima do caixão da Rainha Elizabeth. É inacreditável que ainda tenha gente que defenda alguém que nitidamente tem corrupção dentro da sua família, coordenada por ele próprio, que tenham pessoas que ainda o defendam e digam que é natural que alguém compre 51 imóveis pagando R\$ 26 milhões em dinheiro vivo, isso que tem 107 imóveis. Não é possível que ainda, no século XXI, no ano de 2022, nós encontremos pelas ruas pessoas

que digam que está tudo certo, que a inflação é adequada, que o preço do combustível é adequado, que o preço dos alimentos está correto, que é natural que a família de um Presidente compre 51 imóveis pagando R\$ 26 milhões em dinheiro vivo, que é natural que a ex-mulher desse Presidente movimente R\$ 9 milhões de forma obscura, como bem falou a Polícia Federal, que é natural que nós tenhamos um pastor acompanhando a comitiva presidencial que foi até a Inglaterra para fazer campanha política, envergonhando os brasileiros em nível internacional, não é possível. Não é possível. É uma distopia, é uma vergonha. É nitidamente um escracho o que está sendo feito no nosso país por parte do Bolsonaro e seus apoiadores. É o orçamento secreto crescendo, sendo abertas as torneiras, dia após dia. Vem ele agora tentando surfar na onda do piso nacional da enfermagem, uma lei do Partido dos Trabalhadores, e o filho dele votou contra o piso nacional, Ver. Oliboni. Inclusive, as entidades de classe que entraram para derrubar o piso nacional, são formadas por apoiadores do Bolsonaro. E como foi bem falado, ele diz que não sabe qual é a fonte de recursos para pagar o piso nacional da enfermagem, mas eu digo, e já foi dito por algumas lideranças: é o fim do orçamento secreto. O valor que teria que ser direcionado para o piso é de R\$ 16 bilhões; o valor do orçamento secreto utilizado para comprar votos é de R\$ 16 bilhões. Qual é a dificuldade? Mas é óbvio que nesse processo eleitoral, onde tem o vale tudo, onde pode ser corrupto, onde pode agredir candidatos nas ruas, onde pessoas podem sofrer qualquer tipo de violência é natural que esse tipo de situação prevaleça. E eu vou encerrando por aqui, Presidente Cecchim, porque o relógio nitidamente não está funcionando de forma adequada, a cada segundo eu acho que são cinco segundos, então não vou aqui me favorecer disso, mas deixo aqui meu alerta. Muito obrigado e seguimos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Nesse final de semana eu estava lendo algumas notícias importantes, reportagens que saíram em vários jornais do Rio Grande do Sul e me chamou muito a atenção uma questão crucial que nós percebemos que é o descontrole do Estado, pois os assassinatos de pessoas são cada vez maiores, e não foi diferente nos últimos dias aqui em Porto Alegre. Observando na pesquisa recente sobre o armamento da população brasileira, eu fui me deparar com uma reportagem do jornal Zero Hora que diz o seguinte: o número de armas nas mãos dos caçadores, atiradores, selecionadores mais do que dobrou nos últimos quatro anos. No Rio Grande do Sul, saltou de 65.578, de dezembro de 2018, para 148.526 até julho de 2022. Portanto, lá em 2018, havia 65 cidadãos que tinham porte de arma e agora há 148 mil aqui no Rio Grande do Sul. Se formos nos deparar com o Brasil, em 2018, tinham em torno de 350 mil cidadãos que tinham porte de arma.

Agora já ultrapassou de 1 milhão de pessoas que tem o porte de arma, e aí é uma obviedade nós percebermos o número de assassinatos e o descontrole da Segurança Pública com relação à dura realidade que nós vivemos. E nós vamos observar o seguinte: por que a rejeição do Presidente? Esse é um fator claro, preciso porque qualquer violência, qualquer violência familiar, qualquer violência no esporte... Aqui, na Semana Farroupilha, há poucos dias, ocorreu uma violência em Bagé, onde todos estavam armados. Mas por que isso? Será que eu tenho que sair de casa armado? Há necessidade de eu sair armado ou a arma é uma forma para quem tem um determinado *status* de autoridade? Ou para quem é proprietário de uma fazenda para dar segurança ao seu patrimônio? Lamentavelmente, esse governo perdeu o controle de dizer o que é útil, o que é necessário, o que não é necessário, e é por isso que tem essa enorme diferença entre aqueles que defendem a violência de alguém que defende a mentira e que queira dizer que a população brasileira deve permanecer armada. Eu sou da tese de que é muito melhor dar um livro do que uma arma; é muito melhor abrir vagas nas escolas do que deixar o tráfico cooptar esses jovens que hoje estão envolvidos no mundo do tráfico. Então, nesse sentido, queríamos aqui dizer da enorme repugnância que temos por governos que atuam dessa forma, querendo armar a população para dizer ou vender a ideia de que estão se protegendo.

Por outro lado, há a questão levantada pelo nobre colega Ver. Leonel com relação ao piso nacional da enfermagem. Passamos a pandemia, todo mundo saiu à janela para bater palmas, elogiando os trabalhadores da saúde e, agora, na hora de poder dar a esse profissional o prêmio merecido, que é, sim, o piso nacional de salário para todas as categorias, acabam vetando o piso nacional dos salários. É um tiro no peito desses trabalhadores que defendem a vida e que querem ser valorizados. Lamentável. Esses governos fascistas e capitalistas merecem sair o quanto antes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, quero fazer uma saudação especial e agradecer aos meus colegas de bancada, ao Ver. Roberto Robaina, à Ver.^a Karen Santos e ao Ver. Matheus Gomes, por me permitirem a utilização do espaço. Segunda-feira passada nós comemoramos os 101 anos de nascimento de Paulo Freire, o patrono da educação brasileira e referência mundial em termos de pesquisa em educação, que deve muito ser celebrado, um dos maiores brasileiros da história da humanidade e, certamente, um dos maiores pesquisadores na área de educação do mundo. Paulo Freire teve 35 títulos Doutor Honoris Causa, conferidos em universidades europeias e americanas, em vida. Paulo Freire dá nome a centros de estudo em pedagogia em vários países, como Alemanha, Holanda, Finlândia - que são referência mundial em termos de qualidade de educação, mas infelizmente aqui em solo brasileiro, sua terra natal, não é valorizado. E eu, como

professor, firmei um pacto comigo mesmo, ao me licenciar em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2001, queria, com todas as minhas forças, combater a ignorância e a estupidez humana, e tenho tentado fazer isso até hoje. Senhoras e senhores, o homem é muito atacado, mas se sequer os seus atacantes tentassem compreendê-lo... A maioria dessas pessoas não leu sequer uma obra de Freire, não sabe do que se trata a educação dialética, aquela que valoriza os conhecimentos que os estudantes trazem de casa. Por exemplo, há 10 anos, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Pasqualini, que fica no bairro Restinga, aqui na nossa capital, convive, em dias de chuva, com esgoto nos seus pés, há 10 anos. Para alfabetizar essas crianças talvez seria muito mais fácil trabalhar sílabas, pegando o exemplo que elas têm no seu dia a dia, como o esgoto. Vamos aprender a ler e a escrever, vamos começar pela palavra esgoto. É disso que trata o método Paulo Freire, trazer a realidade do estudante para dentro da sala de aula, facilitando o caminho para aprendizagem. Parece que as prefeituras valorizam muito a educação nos discursos para os jornalistas, mas, infelizmente, quando se trata de garantir dignidade às crianças e aos profissionais da educação nada é feito. Dez anos, Ver.^a Mônica Leal, há dez anos as crianças da Escola Alberto Pasqualini convivem com o esgoto em dias de chuva. Antigamente tínhamos o DEP, infelizmente, o departamento foi extinto, absorvido pelo DMAE. Por que o DMAE não utiliza os seus equipamentos para desobstruir? Tem que usar a verba, já escassa, das escolas para fazer esse tipo de obra? Não dá, não dá! Ou investimos em educação ou vamos continuar com esses índices baixos de aproveitamento, essa é a realidade. Mas ter que usar a verba já escassa, o cobertor curto da escola, para pagar desobstrução de esgoto pluvial, não dá, senhoras e senhores! Faz dez anos, isso é lamentável. Eu gostaria de saudar também a Ver.^a Cláudia Araújo, que destinou para essa mesma escola que eu estive visitando hoje de manhã, R\$ 50 mil para reforma de sua sala de dança. A equipe de dança da escola esteve aqui, em 2018, quando estávamos na presidência da Comissão de Educação, e fez uma linda apresentação. Essa emenda impositiva não está sendo paga para reformar a sala, porque querem esperar o desfecho da eleição.

A educação tem pressa, senhoras e senhores! Investimento em educação não é gasto, estamos investindo no futuro dessas crianças. Portanto, peço aqui um pouco de sensibilidade à secretária Sônia, que já demonstrou estar atenta, mas não conhece, infelizmente, a nossa realidade, por enquanto. Um grande abraço a todos e todas, e seguimos na luta para garantir uma educação de melhor qualidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h47min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 141/22 – (Proc. nº 0723/22 – Ver. Leonel Radde) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à construção do plano de carreira para o cargo de Agente de Fiscalização do Município de Porto Alegre”. (SEI 208.00116/2022-27)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 141/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Jessé Sangalli.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0478/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/22, que altera o *caput* do art. 2º-B da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. (SEI 118.00315/2022-44)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 05-09-22 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCE nº 009/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 009/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLCE nº 009/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0516/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/21, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que estabelece a suspensão do cumprimento de atos que determinem desocupações ou remoções forçadas coletivas em imóveis privados ou públicos no Município de Porto Alegre durante o período que especifica. (SEI 221.00077/2021-63)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cezar Augusto Schirmer: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Kaká Dávila: pela aprovação do Projeto (empatado).

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 31-08-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 198/21. (Pausa.). Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli e pelo Ver. Cassiá Carpes, o PLL nº 198/21. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

Senhores Vereadores, vou dar um pequeno relato. Nesta quarta-feira, dia 21, comemora-se o Dia da Árvore, uma data para refletir a respeito da importância das árvores e do cuidado com o meio ambiente. Pensando nisso, hoje à tarde, ao final da sessão, estarei plantando uma muda de laranjeira aqui no pátio da Câmara e deixo aberto, nós temos um local escolhido para que todos os vereadores e as vereadoras que quiserem possam plantar uma árvore frutífera. Nós temos um local, e cada vereador pode deixar escrito, por exemplo: “O gabinete do Ver. Oliboni cultiva essa planta”. Ver. Janta, a mesma coisa, a Ver.^a Daiana, todos os vereadores e vereadoras poderão plantar uma árvore. Como não deu tempo para organizar para todos, eu vou fazer simbolicamente o plantio de uma árvore hoje, mas, durante todo o mês de setembro, os vereadores e vereadoras podem fazer isso. O Dr. Tessaro, nosso ex-colega, está coordenando isso. Então, cada vereador que quiser plantar uma árvore vai indicar o local lá. Uma árvore nós vamos deixar, pelo menos 36 árvores ou 37, pois terá direito de plantar também em nome do departamento legislativo da Câmara. Cada vereador que trazer a sua árvore, o nosso departamento de obras vai deixar o buraco pronto para que se plante.

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente, uma questão de ordem. Visto que nós, os vereadores que concordaram, que votaram para a atualização salarial, sofremos, nas redes sociais, na imprensa, *cards* de colegas que assinaram dizendo que não aceitavam, eu gostaria de saber se houve devolução. O senhor, por favor, nos atualize, que é tão importante quanto plantar uma árvore.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Bem colocado. Ver. Kaká D'Ávila pediu essa informação e nós vamos dá-la através do SEI, mas posso adiantar que somente o Ver. Kaká D'Ávila devolveu o dinheiro no primeiro mês, os outros vereadores serão publicados, porque está no SEI – todos os vereadores que não aceitaram o aumento, receberam o aumento e não devolveram. Para fazer justiça para todo mundo, será publicado isso, será encaminhado para a imprensa, como pedido dos vereadores, e vamos fazer isso para a justiça de todos. Quem não quis receber e recebeu, poderia ter devolvido, não devolveu porque não quis.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Gostaria de reforçar aqui para as pessoas que não tiveram a informação técnica que, hoje, quando nós temos um rendimento, esse rendimento é tributado. Toda vez que nós ganhamos o holerite, nós temos um recolhimento de imposto. Uma vez que nós temos esse aumento salarial, ele também é tributado, dessa maneira nós não poderíamos devolvê-lo, porque nós teríamos uma tributação em cima de um ganho que estaríamos devolvendo. Então, acredito que, quando for criada uma solução de devolver, que ela não venha no holerite e não seja tributada, porque essa maneira é errada, por isso a baixa adesão também de vereadores em não devolver. Agradeço, para terem ainda a compreensão, sobre o problema administrativo que foi criado diante dessa opção.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Foi problema político, não foi administrativo.

Vereadora Mônica Leal (PP): Não concordo. Não foi problema administrativo, foi problema político, porque nesta Casa alguns têm o hábito de expor *cards* – não querem estagiários, não querem aumento – e aí colocam que foram os únicos que não assinaram, que não quiseram. O senhor fez, Presidente, um documento para aqueles que não aceitavam assinar esse documento e fazer a devolução. Essa é uma outra questão. Nós estamos falando aqui politicamente e eu exijo que isso seja cumprido.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Será cumprido. Os vereadores que devolverem poderão devolver sem o imposto que já foi pago, é óbvio. Imposto, acho que nenhum vereador se nega a pagar, principalmente de uma coisa que não queria receber.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PELO n° 002/16, por três sessões.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h01min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. N° 1352/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 614/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que institui a Marca de Responsabilidade Social contra a Violência Doméstica. **Com Emenda n° 01, da Ver^a Comandante Nádia. (SEI 025.00134/2021-49)**

PROC. N° 0631/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 010/22, que institui incentivo para a regularização de transações de compra e venda, de permuta e de dação em pagamento, por meio da concessão de redução da alíquota do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). **(SEI 118.00386/2022-47)**

PROC. N° 0687/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 342/22, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia Municipal do Enfrentamento ao Lesbocídio no Anexo da Lei n° 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de abril. **(SEI 209.00153/2022-34)**

PROC. N° 0700/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 352/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Desembargador Luís Augusto Coelho Braga o logradouro público conhecido como Rua Sete Mil Noventa Dois, localizado no Loteamento Schneider. **(SEI 025.00059/2022-05)**

PROC. N° 0701/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 353/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Claudio Ferraro o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Noventa Oito, localizado no Loteamento Schneider. **(SEI 025.00060/2022-21)**

PROC. Nº 0703/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 354/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Lucindo Antonio Bottin o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil Noventa Nove, localizado no Loteamento Schneider. (SEI 025.00061/2022-76)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1109/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 487/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que garante a realização de mamografia bilateral de rastreamento do câncer de mama e de ultrassonografia mamária às mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade que acessarem os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Alegre. (SEI 210.00503/2021-70)

PROC. Nº 0024/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/22, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que proíbe a comercialização, a publicação, a distribuição, a difusão e a circulação do conteúdo integral ou parcial da obra *Mein Kampf* (Minha Luta), de autoria de Adolf Hitler, no Município de Porto Alegre. (SEI 038.00003/2022-30)

PROC. Nº 0114/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 61/22, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Caixa d'Água Social no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas.** (SEI 034.00088/2022-50)

PROC. Nº 0271/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/22, de autoria das Ver^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia, que inclui § 4º no art. 7º da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, sobre a publicidade nos equipamentos desse comércio e dessa prestação de serviços, e alterações posteriores, estipulando a distância mínima de 50m (cinquenta metros) entre estabelecimentos de comércio localizado e o estacionamento de veículo automotor de comerciantes ambulantes ou de prestadores de serviços ambulantes que exerçam atividades similares. (SEI 212.00027/2022-76)

PROC. Nº 0545/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 274/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que denomina Rua Rubem Matias dos Santos os logradouros conhecidos como Rua Três e Rua Seis, localizados no Bairro Mário Quintana. **Com Emenda nº 01, do Ver. Jonas Reis.** (SEI 210.00377/2022-34)

PROC. Nº 0546/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 275/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que denomina Rua Guilherme Nunes Ferraz os logradouros conhecidos como Rua Um e Rua Quatro, localizados no Bairro Mário Quintana. **Com Emenda nº 01, do Ver. Jonas Reis.** (SEI 210.00378/2022-89)

PROC. Nº 0605/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 304/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que denomina Praça Lisiane Briance Mota a Praça Pública cadastrada de CTM 8464056, localizada no Bairro Restinga. **(SEI 161.00072/2022-09)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h02min.)

* * * * *